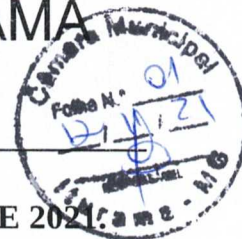




CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

ESTADO DE MINAS GERAIS



PROJETO DE RESOLUÇÃO CM Nº 37, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2021

Dispõe sobre o cancelamento de restos a pagar inscritos e toma outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Iturama, Estado de Minas Gerais, por seus representantes aprovou, e eu, nos termos do inciso V do art. 46 da Lei Orgânica Municipal c/c o art. 292, do Regimento Interno, promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica o Presidente da Câmara Municipal autorizado a proceder o cancelamento do saldo de restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2019 e 2020, abaixo descritos:

Exercício de 2019

Nota de Empenho	Empresa fornecedora	Valor
645	Hugo Aparecido De Oliveira	R\$ 3.400,00
Valor Total		R\$ 3.400,00

Exercício de 2020

Nota de Empenho	Empresa fornecedora	Valor
3	Cia Energética de Minas Gerais	R\$ 6.323,45
Valor Total		R\$ 6.323,45

Art. 2º Fica a Tesouraria da Câmara Municipal autorizada a proceder a devolução ao Executivo Municipal, do montante de R\$ 9.723,45 (Nove mil setecentos e vinte e três reais e quarenta e cinco centavos), relativo aos valores descritos no artigo 1º desta resolução.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Iturama/MG, 12 de novembro de 2021.

MESA DIRETORA

Ver. Wender Peres de Lima
Presidente

Ver. Ronaldo Vieira da Costa
Vice-Presidente

Ver. Deleon Martins de Almeida
1º Secretário

Ver. Ronei Queiroz de Vasconcelos
2º Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

PROCURADORIA GERAL



PARECER JURÍDICO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº CM 37/2021 – Dispõe sobre o cancelamento de restos a pagar inscritos e toma outras providências.

I - RELATÓRIO

De autoria da Mesa Diretora, em análise por esta Procuradoria Geral, em apertada síntese visa cancelar restos a pagar não processados do orçamento de 2019 e 2020.

Os restos a pagar não processados são reservas orçamentárias relativos às despesas não processadas que são aquelas que foram empenhadas, mas ainda não foram liquidadas, ou seja, o serviço ou o bem não foi prestado ou entregue a administração.

No caso do projeto são reservas orçamentárias que não serão mais utilizadas por conta de liquidação inferior no ano em que deveriam ocorrer. Não há direito adquirido do fornecedor a receber o valor, pois a liquidação não ocorrerá.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Verifico que é de competência de iniciativa privativa da Câmara Municipal propor projeto desta natureza, transcrevo:

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

Art. 40. Compete, privativamente, à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições entre outras, expedindo o ato respectivo;

...

XX - elaborar o Orçamento da Câmara Municipal para o exercício seguinte, submetê-lo a apreciação do Plenário para ser referendado por 2/3 (dois terços) dos membros da Casa e encaminhá-lo ao Chefe do Executivo para ser inserido no corpo da Lei do Orçamento;

Diante do disposto no inciso XX do artigo 40 quem pode elaborar o Orçamento da Câmara Municipal é a própria Câmara, competindo de forma



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

PROCURADORIA GERAL



exclusiva sua elaboração, e desta forma, inequívoca é a interpretação que somente ela poderia cancelar despesas de sua competência.

A iniciativa e o tipo normativo estão de acordo com o Regimento Interno desta Casa de Leis, vejamos:

REGIMENTO INTERNO

Art. 19. Compete à Mesa da Câmara, além de outras atribuições:

...

XII – dispor sobre sua polícia interna;

...

Art. 176. A iniciativa do projeto de resolução cabe:

...

II- à mesa da Câmara;

...

Art. 177. O projeto de resolução destina-se a regular matéria da exclusiva competência da Câmara Municipal, tais como:

...

II- organização e regulamentação dos serviços administrativos de sua secretaria;

...

X- outros assuntos de sua economia interna.

O projeto deve ser submetido à apreciação da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação e Comissão de Orçamento e Tomada de Contas, reproduzo:

REGIMENTO INTERNO

Art. 68. Compete à Comissão de Finanças, Justiça e Legislação manifestar-se sobre matéria financeira, tributária e todos os assuntos entregues à sua apreciação quanto ao aspecto gramatical e lógico de todas as proposições submetidas à deliberação da Câmara, bem como elaborar a redação final das proposições aprovadas.

Art. 69. Compete à Comissão de Orçamento e Tomada de Contas, manifestar-se sobre matéria orçamentária, créditos adicionais, bem como sobre as contas do Prefeito e do Presidente da Câmara.

O quórum das deliberações do projeto em questão, caso os vereadores deem prosseguimento, é de **MAIORIA SIMPLES**, conforme preleciona o art. 261,



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

PROCURADORIA GERAL



do Regimento Interno da Câmara Municipal, caso aprovado nas Comissões Permanentes, reproduzo:

REGIMENTO INTERNO

Art. 261. As deliberações da Câmara são tomadas por maioria de votos, presentes mais da metade de seus membros, salvo disposições em contrário.


III – CONCLUSÃO

Diante o exposto, OPINO pela juridicidade do projeto de resolução em comento.

O parecer não vincula as comissões permanentes nem reflete o pensamento dos edis, que deverão apreciar o presente Projeto de Resolução.

Salvo melhor juízo, este é o parecer.

Iturama - MG, 17 de novembro de 2021.


David Tribiolli Corrêa
Advogado



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

ESTADO DE MINAS GERAIS



PARECER DA(S) COMISSÃO(ÕES) DA CÂMARA

PROJETO DE RESOLUÇÃO CM Nº 37/2021 PARECER PARA 1ª DISCUSSÃO(ÕES)

DENOMINAÇÃO: DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS E TOMA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTOR: MESA DIRETORA

COMISSÃO: FINANÇAS, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO

Os membros da Comissão após a apreciação e estudo do Projeto de Resolução CM Nº 37/2021, enviado pelo Presidente da Casa, a esta pasta, resolveu: **ser** Favoreável **como esta redigido, somos pelo parecer da matéria em apreciação que** — **preenche os requisitos da constitucionalidade e da legalidade,** no texto original.

Ricardo Oliveira de Freitas – Ricardo Baiano
Presidente

Ronaldo Vieira da Costa – Ronaldo Karfrios
Vice-Presidente

Ronei Queiroz Vasconcelos - Mosquito
Relator

Aprovado em 12 / 12 / 21 Discussão
Por Ronei Vasconcelos
Sala das Sessões em 06 / 12 / 21
O Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA
ESTADO DE MINAS GERAIS



PARECER DA(S) COMISSÃO(ÕES) DA CÂMARA

PROJETO DE RESOLUÇÃO CM Nº 37/2021 PARECER PARA 1ª DISCUSSÃO(ÕES)

DENOMINAÇÃO: DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS E TOMA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTOR: MESA DIRETORA

COMISSÃO: ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

Os membros da Comissão após a apreciação e estudo do Projeto de Resolução CM nº 37/2021, enviado pelo Presidente da Casa, a esta pasta, resolveu: ser
favorável a aprovação no mérito do projeto,
como se encontra redigido.

Ana Lúcia Menezes Santos _____ / /
Presidente

Dr. Sebastião Tiago de Queiroz _____
Vice-Presidente

Edilson Ferreira da Silva - Terrinha _____
Relator

Aprovado em	1ª	discussão
Por	unanimidade	
Sala das Sessões em	06/12/21	
O Presidente		